

E o dia seguinte, o que esperar?



» DANIEL A. DE AZEVEDO
Professor de geografia
política do Departamento de
Geografia da Universidade
de Brasília (UnB)

Depois de meses escrevendo sobre as eleições aos domingos neste espaço, o dia de hoje deveria trazer felicidade, expectativa e otimismo. Afinal, o Brasil realiza algo ainda raro no mundo: mais de 150 milhões de cidadãos podem ir às urnas no mesmo dia para fazer seis escolhas que definirão os rumos dos estados e do país.

Mas chego a este domingo menos entusiasmado do que preocupado. Há uma ampla literatura especializada dedicada ao conceito de retrocesso democrático, fenômeno definido como a corrosão das democracias por dentro, diferentemente dos golpes de Estado mais conhecidos. Nesses casos, não há tanques nas ruas nem uma ruptura declarada, mas uma deterioração gradual: limites são testados, adversários viram inimigos e medidas excepcionais se tornam rotina. A cada episódio, perde-se parte da confiança que sustenta todo o edifício. Não há outro nome mais adequado para o que ocorreu neste ano no Brasil, ainda que as estratégias utilizadas não tenham sido aquelas descritas pelas pesquisas conhecidas no mundo acadêmico. No último mês e, sobretudo, na última semana, assistimos a uma espécie de barbárie institucional: choques entre autoridades e Poderes, de última hora, ampliaram a desconfiança quando o país precisava de previsibilidade.

As estratégias de retrocesso democrático

identificadas por essa literatura variam, mas, em geral, partem da fraude eleitoral ou do chamado aggrandizement, termo usado para definir a concentração de poder e o enfraquecimento das restrições institucionais destinadas a controlar as autoridades. Nada indica que a primeira estratégia esteja ocorrendo no país. Resta, portanto, olhar para o segundo caminho, especialmente porque ganha força quando elites políticas e institucionais, em nome de um suposto “bem maior”, aceitam atropelar procedimentos ou esticar competências. Democracias adoececem quando cada campo tolera o excesso do seu lado e denuncia apenas o do adversário.

A decisão inédita da rede Globo de não fazer seu debate final entre candidatos dias antes das eleições é a cereja do amargo bolo que foram os últimos acontecimentos. Nunca se viu tanto os tribunais superiores nas manchetes dos jornais às vésperas de um pleito. Duas alas se formaram e se entrincheiraram no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nascidas da polarização política profunda no Brasil, esse conflito serviu para aprofundá-la a níveis não antes imaginados. O completo abandono dos fundamentos que justificam a própria existência desses tribunais e seus usos obviamente partidários é chocante e uma vergonha institucional. Quando regras parecem mudar no calor da disputa, até medidas juridicamente defensáveis deixam a percepção de que o jogo não obedece a critérios estáveis. A responsabilidade não cabe apenas aos tribunais, já que o jogo foi feito a partir de uma aparente normalidade de pedidos das campanhas políticas, mas, que, na realidade, buscaram na Justiça vantagens que não conquistaram no debate público. Parte do público aceitou versões convenientes. Porém, não

se enganem: a crise é coletiva.

Por isso, chego ao dia de hoje preocupado principalmente com o dia de amanhã. Há sinais de preparação social e institucional para a não aceitação do resultado. Espero que sejam apenas isso, aparência. Espero que amanhã (ou na segunda-feira após o segundo turno) o Brasil realize sem sobressaltos aquilo que distingue uma democracia de qualquer outro regime: a transferência ou a permanência legítima do poder, conforme a vontade das urnas.

Por outro lado, também desejo muito que não saíamos iguais deste caos. Tão ruim quanto uma ruptura seria normalizar o que aconteceu: a permanência de tudo que se mostrou tão disfuncional. No mundo ideal e utópico, após as eleições, os dois grupos polarizados se juntariam na ideia abstrata de “sociedade civil” para cobrar mudanças institucionais estruturais. Os sistemas judiciário e eleitoral e os instrumentos de “freios e contrapesos” entre os Poderes precisam ser repensados. Porém, no mundo real, a polarização deve minar qualquer tipo de pressão coletiva.

Hoje, meu apelo não é por um candidato, mas pelo compromisso que deve sobreviver a todos eles. Que a derrota seja recebida com a mesma legitimidade da vitória, de um lado ou de outro. Que um grupo durma triste, mas não revoltado; sinta o gosto amargo da derrota, mas não o transforme em ódio. E que a polarização política não exploda entre famílias, amigos, colegas e vizinhos. O voto encerra uma disputa, não a convivência. Amanhã, vencedores e vencidos continuarão dividindo o país. A nossa democracia será medida não apenas por quem ganhar hoje, mas pela maneira como acordaremos depois do resultado. Respiremos fundo, aceitemos o que sair da urna, mas acordemos buscando mudanças.



A interferência que dispensa a urna



» GUILHERME FRIZZERA
Doutor em relações
internacionais pela UnB,
coordenador do bacharelado
em relações internacionais
da Uninter

Nesta sexta-feira, a dois dias do primeiro turno, os Estados Unidos suspenderam o atendimento na embaixada e em todos os consulados no Brasil por preocupações de segurança que não detalharam. A Austrália seguiu o gesto e mencionou terrorismo. A medida pode responder a uma ameaça concreta ou a simples prudência burocrática. A diferença perdeu importância. Num ambiente saturado de suspeita, um ato administrativo é lido como sinal. O debate que passou o último mês perguntando se haverá interferência estrangeira na eleição deixou escapar que ela já ocorre, e que seu instrumento principal é o medo de que ocorra.

A Abin (Agência Brasileira de Inteligência) descreveu o mecanismo no relatório enviado no fim de agosto à Presidência, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao Ministério da Justiça, que classifica o risco como crítico. A designação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas e as sanções de julho contra brasileiros acusados de lavar dinheiro da facção têm o crime como alvo declarado. O efeito, segundo a agência, é induzir bancos e empresas a condutas preventivas por receio de sanções secundárias. A punição atinge poucos, mas a antecipação dela disciplina, muitos.

A diplomacia passou a operar sob a mesma lógica. Washington deixou Brasília sem embaixador por um ano e meio. Nesse intervalo, o consulado em São Paulo reuniu influenciadores de direita para discutir liberdade de expressão e, segundo relatos de jornalistas, abordou profissionais no congresso da Abraj com oferta de facilidades de visto. O interlocutor deixou de ser o Estado brasileiro e passou a ser a sua opinião pública. O efeito procurado é que atores domésticos fora do governo passem a medir o Planalto e o STF por uma régua certificada em Washington. São atores que poderiam, mesmo depois da apuração, aguardar um deus ex machina vindo do Norte para, no mínimo, espalhar confusão e desconfiança sobre o processo eleitoral. O governo respondeu na mesma chave. Negou vistos a dois funcionários do Departamento de Estado sob a suspeita de que viriam questionar as urnas e condicionou o agrément do novo embaixador ao fim da eleição. São decisões defensáveis. São também condutas preventivas, iguais às que a Abin atribui aos bancos, e mostram um Estado que já negocia com Washington a partir do receio.

O receio dispensa autor para se propagar. Em setembro, a Abin relatou a delegações da França e da Alemanha interferência americana e russa no pleito. Da parte russa, nenhum detalhe veio a público. A menção bastou para que Moscou entrasse no cálculo de campanhas e eleitores. Quando a suspeita se torna o meio em que a política acontece, toda potência vira suspeita por definição, e a acusação ganha valor próprio, independente da prova.

O eleitorado registra o efeito. Na Quæst de 28 de setembro, 51% não veem possibilidade

de interferência externa e 41% veem. Perguntados se temem que os Estados Unidos passem a mandar no Brasil depois da eleição, 39% dizem ter muito medo. Diante da China, 42%. O eleitor foi convidado a escolher um tutor antes de escolher um presidente.

A América Latina conhece a versão anterior do método. Em 1962, o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) irrigou com dinheiro de origem americana as candidaturas contrárias a João Goulart, num esquema que só uma CPI expôs. Enquanto a interferência da Guerra Fria dependia do segredo, a atual depende da publicidade. O tarifaço justificado pelo processo contra Jair Bolsonaro, a Lei Magnitsky aplicada a Alexandre de Moraes e a recepção de Flávio Bolsonaro na Casa Branca foram feitos à vista de todos. Uma sanção anunciada, um encontro fotografado e uma embaixada de portas fechadas funcionam porque são vistos.

O efeito mais grave aparecerá depois da apuração. A Quæst registra empate de 42% a 42% numa simulação de segundo turno. Se Flávio perder, ele terá à mão a régua de lawfare e censura que o governo americano, segundo o The Guardian, decidiu financiar com um milhão de dólares. Se Lula perder, o governo terá um relatório de inteligência que classifica a interferência como crítica e uma ação no TSE que pede a cassação da chapa adversária. A desconfiança foi distribuída de forma simétrica, e é essa simetria que a torna eficaz.

Interferir numa democracia do tamanho da brasileira nunca exigiu trocar votos. Exige tornar o resultado contestável antes que ele exista. A urna segue inviolável. Violada está a disposição de aceitar o que ela disser.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Os impactos das eleições de 4 de outubro

O futuro político do Brasil passará por transformações profundas logo após a contagem final dos votos deste pleito. Portanto, independentemente do resultado verificado nas urnas, nem a esquerda nem a direita sairão desse processo eleitoral do mesmo modo que entraram.

Nesse cenário de intensas transformações, observaremos o crescimento expressivo de um lado e a diminuição gradual do outro. Alternativamente, nenhum dos dois grupos exercerá um protagonismo tranquilo no poder. Afinal, a forte polarização política no país impede que qualquer governante eleito trabalhe sem enfrentar intensos entraves cotidianos da oposição.

Esgotamento

Certamente, o país chega a esse pleito sob uma visível sensação de esgotamento institucional e social. A disputa atual entre esquerda e direita vai muito além de debates puramente acadêmicos. Atualmente, esse confronto se manifesta nas ruas, nas conversas cotidianas e nas redes sociais de forma visceral.

Consequentemente, o eleitorado manifesta ressentimentos acumulados ao longo dos últimos anos. A população percebe que o destino imediato da nação depende diretamente do combate ideológico travado no ambiente político. Todavia, a realidade socioeconômica impõe desafios muito mais complexos do que a simples retórica partidária.

Por conseguinte, a população exige soluções imediatas para garantir a estabilidade do poder de compra, poder do trabalho, poder da segurança e educação. Além disso, o cidadão busca segurança jurídica e eficiência administrativa por parte do Estado.

Desgaste da esquerda

Historicamente, a hegemonia das esquerdas se estendeu por mais de duas décadas no cenário nacional. Contudo, essa força política enfrenta agora um desgaste contínuo e acelerado diante dos eleitores. Essa perda de espaço não decorre unicamente da atuação direta da oposição.

Pelo contrário, esse desgaste resulta diretamente de escolhas econômicas equivocadas adotadas pela má gestão pública. Ademais, episódios sucessivos de corrupção abalaram a confiança popular nas instituições governamentais. De fato, o cidadão comum reage às condições diárias do seu orçamento doméstico.

Ascensão da direita

Paralelamente, a ascensão da direita ocorreu de forma marcante e estruturada no ambiente político nacional. Esse grupo conquistou uma desenvoltura própria e conta com um expressivo apoio de diversos setores populares. Por essa razão, a antiga hegemonia de esquerda encontra-se verdadeiramente em xeque nestas eleições.

Nesse contexto, a sociedade civil demonstra um amadurecimento significativo em relação aos discursos partidários. De forma geral, os cidadãos rejeitam narrativas puramente ideológicas ou simplistas. Ao mesmo tempo, os eleitores cobram transparência na gestão dos recursos públicos de maneira incisiva.

Dessa maneira, a nova direita ganha espaço ao defender propostas de liberdade econômica e rigor fiscal. Consequentemente, o eleitor exige que a máquina pública funcione com eficiência máxima para atender aos anseios dos contribuintes que pagam os impostos mais altos do universo.

Combate à corrupção

Além da questão fiscal, a corrupção continua figurando entre os temas centrais de indignação nacional. Historicamente, os escândalos recorrentes corroeram a credibilidade dos órgãos públicos de forma profunda. Portanto, a sociedade exige mecanismos rigorosos de controle e punição aos desvios de recursos.

Afinal, a população não tolera mais a seletividade no combate aos crimes contra o patrimônio público. Consequentemente, as instituições de fiscalização precisarão atuar de maneira independente e transparente. Apenas assim o governo conseguirá resgatar a confiança indispensável dos cidadãos e dos investidores internacionais.

Assim, o cumprimento estrito das leis torna-se o único caminho viável para assegurar a estabilidade institucional no futuro político do Brasil.

Pragmatismo e ética

A princípio, o eleitorado demonstrou um amadurecimento inequívoco ao longo deste pleito de 4 de outubro. Os cidadãos exigem responsabilidade fiscal, conduta ética e resultados concretos em prazos curtos. Dessa maneira, qualquer projeto de poder desconectado das reais necessidades populares ruirá com rapidez.

Em suma, o governante escolhido enfrentará um cenário com pouquíssima margem para erros na gestão econômica. O tempo das promessas demagógicas e dos subterfúgios discursivos esgotou-se definitivamente no país. Em conclusão, a legitimidade da próxima gestão dependerá exclusivamente da entrega de emprego, renda, estabilidade e segurança jurídica.

Por fim, o futuro político do Brasil dependerá da coragem do novo governante para implementar as reformas necessárias e construir uma nação próspera e justa.

A frase que foi pronunciada:

“Ditadores não têm interesse em permitir eleições que possam destituí-los do poder.”

Gene Sharp

História de Brasília

A pena de tudo isto é, ainda, porque Claudionor Machado é ex-pracinha, tem medalha de campanha, e o presidente do Iapb não hesitou em jogá-lo na rua. É uma injustiça que o ministro da Guerra bem poderia corrigir em despacho com o presidente da República. Há decreto amparando os ex-combatentes. (Publicada em 26/5/1962)